

## A ESCOLA, FAMÍLIA E EXTREMA POBREZA

*Maria Dorotéa Costa de Oliveira<sup>1</sup>*

*Eixo temático :Informe o 4 Alfabetização e Infância*

### RESUMO

O presente trabalho aborda a temática da dualidade educação e extrema pobreza, visando dialogar sobre esse tema de forma a perceber as nuances relativas ao papel da educação no tangente as transformações sociais e redução das desigualdades. Infere-se a importância do processo de alfabetização no combate a pobreza, destaca-se a alfabetização é o processo onde as crianças aprendem a decodificar os elementos que compõem a escrita, bem como implica no desenvolvimento de competências e habilidades relacionados ao domínio do código alfabético. Este trabalho objetiva, portanto, refletir sobre estratégias de enfrentamento da pobreza, onde a escola é o grande palco que deveria oportunizar uma educação de qualidade, buscando junto aos educandos construir conhecimentos a partir dos contextos, onde esses educandos estão inseridos, como também estes possam ser agentes de mudanças da sociedade. No tangente a metodologia, este trabalho constitui-se como uma pesquisa exploratória e descritiva, cuja técnica de coleta de dados aplicada foi a entrevista junto a uma mãe que é beneficiária do programa bolsa família. Como resultados, deste estudo infere-se que a literatura expõe os riscos vivenciados pelas crianças e adolescentes no Brasil relativos a extrema pobreza e disparidades sociais. Em contrapartida, identificou-se o empenho do Governo Federal do Brasil para eliminar ou minimizar o sofrimento daqueles em situação de vulnerabilidade social, por meio de políticas públicas direcionadas a esse contingente populacional. Infere-se ainda a importância da interlocução constante entre educação, políticas públicas, escola e família, visando assim dirimir as desigualdades e desafios da sociedade contemporânea. Em suma, destaca-se a importância da formação continuada dos profissionais de educação de modo a contribuir para a mudança desse cenário, a extrema pobreza.

**Palavras-chave:** Educação. Extrema Pobreza. Infância e Escola. Professores.

### ABSTRACT

The present work addresses the issue of duality between education and extreme poverty, aiming to discuss this issue in order to understand the nuances related to the role of education in terms of social transformations and the reduction of inequalities. The importance of the literacy process in combating poverty is inferred, literacy is highlighted as the process where children learn to decode the elements that make up writing, as well as implying the development of skills and abilities related to the mastery of the alphabetic code. . This work aims, therefore, to reflect on poverty coping strategies, where the school is the great stage that

---

<sup>1</sup>Especialista. Professora da Prefeitura Municipal de Fortaleza, Escola municipal professor Monteiro de Moraes. Professor da Educação Básica do Estado do Ceará. Contato: [doroty.costa@gmail.com](mailto:doroty.costa@gmail.com)

should provide quality education, seeking together with the students to build knowledge from the contexts where these students are inserted, as well as they can to be agents of change in society. Regarding the methodology, this work is an exploratory and descriptive research, whose applied data collection technique was the interview with a mother who is a beneficiary of the Bolsa Família program. As a result, this study infers that the literature exposes the risks experienced by children and adolescents in Brazil related to extreme poverty and social disparities. On the other hand, the commitment of the Federal Government of Brazil to eliminate or minimize the suffering of those in situations of social vulnerability was identified, through public policies aimed at this population group. It is also inferred the importance of constant dialogue between education, public policies, school and family, thus aiming to resolve the inequalities and challenges of contemporary society. In short, the importance of continuing education for education professionals is highlighted in order to contribute to changing this scenario, extreme poverty.

**Keywords: Education. Extreme Poverty. Childhood and School. Teachers.**

## INTRODUÇÃO

A família constitui o principal contexto da sociedade, na qual o desenvolvimento e aprendizagem de homens e mulheres acontecem por meio da socialização entre os pares. É o local onde grande parte dos valores são aprendidos e onde deveria ser possível atender as demandas de saúde e educação para todos que pertencem à sociedade. Deveria ser possível que as famílias tivessem um mínimo de dignidade por parte do Estado. Muitas pessoas estão relegadas a futuro sem perspectiva pois as políticas, por mais que ajudem as famílias com o repasse de uma renda mínima, não conseguem atender a contento tal demanda, por existirem indivíduos que sempre procuram levar vantagem diante dos outros.

O cuidado com a família deve se organizar para que homens e mulheres, também pais e mães, possam exercer de forma mais ampla seus papéis como tal e também como cidadãos e trabalhadores. Ver os cuidados desta forma talvez nos ajude a perceber que eles são indissociáveis de um projeto educativo para a criança pequena, como afirma Bujes na obra “A invenção do eu infantil: dispositivos pedagógicos em ação” (BUJES *et al.* 2001, p. 16).

Reforço exatamente o modelo onde a globalização, por meio do avanço tecnológico, vem influenciando nossa sociedade, tornando-a cada vez mais competitiva e reforçando a estrutura sociopolítica e econômica, ou seja, poucos com a posse da maioria dos bens, e os demais se empobrecendo a cada dia. Dessa maneira, “o mundo globalizado do “neoliberalismo” ao invés de se basear no Racionalismo e no humanismo, mesmo unilaterais e deformados pelo liberalismo clássico, cresce sobre uma caótica realidade dominada pelo egoísmo, o irracionalismo e o anti-humanismo (COSTA, 2002, p. 117).

A partir da Constituição Federal de 1988 em seu artigo 227

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1980, s.p.).

O IBGE considera pobres aquelas famílias com rendimento mensal per capita de até  $\frac{1}{2}$  salário-mínimo; e em situação de extrema pobreza aquelas que vivem com rendimento de até  $\frac{1}{4}$  de salário-mínimo per capita. Esse índice tem registrado uma queda nos últimos anos. Tais melhoras podem ser atribuídas ao efeito de políticas públicas de transferência de rendas implementadas nos últimos anos.

Este trabalho objetiva refletir sobre estratégias de enfrentamento da pobreza, nas quais a escola é o grande palco que deveria oportunizar uma educação de qualidade, buscando junto aos educandos construir conhecimentos a partir dos contextos, onde esses educandos estão inseridos, como também estes possam ser agentes de mudanças da sociedade.

## **2 EDUCAÇÃO E POBREZA: UM CAMINHO A CONSTRUIR**

No que concerne à Educação no Brasil, esta possui uma ampla fundamentação legal embasada pela Constituição Federal (1988), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), no Plano Nacional de Educação (2014-2024) e nos Parâmetros e Diretrizes Curriculares Nacionais (1997) que expressam e regulamentam o direito ao acesso à Educação.

Seguindo essa perspectiva, destaca-se que a Lei de número 10.172/2001, de 09 de janeiro de 2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação – PNE estabelece diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em consonância com a Declaração Mundial sobre Educação para todos. Bem como, dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN instituídos pelo Ministério da Educação – MEC com o intuito de orientar os professores através da normatização de aspectos fundamentais concernentes a cada disciplina.

Nesse contexto, se destaca que de acordo com a Constituição Federal (1988) estabelece em seu capítulo III, seção I da Educação, quais sejam os papéis, funções de cada ente federativo no que tange a garantia do direito à educação, assim sendo à

União cabe organizar o sistema federal de ensino, financiar as instituições de ensino federais e exercer, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, para garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. Os municípios devem atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil; os estados e o Distrito Federal, prioritariamente nos ensinos fundamental e médio (BRASIL, 1988, art. 211, §§ 1º, 2º e 3º).

De acordo com Barros, Henriques e Mendonça (2001) é pertinente destacar que a desigualdade na distribuição de renda é um elemento importante e responsável pelo crescimento econômico visto que este seja relativamente menos eficiente do que poderia ser na redução da pobreza, em outras palavras, o efeito do crescimento sobre a redução da pobreza é menor no Brasil do que em outros países que alcançaram o mesmo nível de renda.

Para Barreto (2005), as políticas que promovam a redução da desigualdade são mais relevantes do que políticas de expansão da renda no combate à pobreza. Deste modo, as questões de desequilíbrio regional, como é o caso da região Nordeste, devem ser combatidos através de políticas de crescimento econômico, alinhadas com uma melhor distribuição de renda.

Garcia (2012) afirma que, considerando a tomada das linhas de pobreza e pobreza extrema, além do uso de outros indicadores como referência, pode-se entender que há um foco na dimensão econômica do fenômeno educação e pobreza, mas deve ser dada uma nova ênfase na necessidade de fortalecimento da cidadania, como dimensão política.

### **3 EDUCAÇÃO E POBREZA: UM ESTUDO DE CASO**

Norteados por tais questões apresentadas, este trabalho é fruto de uma experiência prática vivenciada no Curso de aperfeiçoamento em Pobreza, educação e desigualdade social, ofertado pelo departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará. Após as leituras do curso, os fóruns e as avaliações dos módulos, tive a oportunidade de conversar com mães que recebem o bolsa-família e registrar neste artigo a entrevista com uma delas.

A escolha da mãe foi feita de forma aleatória, com a devida autorização da mesma para que seus dados fossem utilizados neste estudo, com garantia do sigilo de seus dados pessoais, e teve seu objetivo apresentado para a mesma. A entrevista com a mãe beneficiária do Bolsa família aconteceu na casa onde a mesma trabalhava

como empregada doméstica, criando um ambiente propício de confiança e abertura, onde a ela pôde fornecer todas as informações com espontaneidade e de forma clara e objetiva. No início da entrevista expliquei o objetivo do estudo, que seria a conclusão de um curso de pós-graduação e a entrevistada falou da sua vontade de também 'fazer uma faculdade'. O roteiro das perguntas foi lido várias vezes para a mãe entrevistada, e houve mais um encontro, acordado com a mesma. Os encontros foram agendados por telefone.

### 3.1 A ENTREVISTA

Em alguns momentos da entrevista, pude perceber sentimentos que somente são percebidos na forma interativa e presencial, na qual a mãe pôde conversar, desabafar com segurança. Esses sentimentos sentidos e experienciados são como molas que nos impulsionam e instigam cada vez mais, a lutar pela oportunidade de igualdades na sociedade tão cruel em que vivemos.

A mãe relatou que não teve como concluir os estudos, pois precisou trabalhar para sustentar os dois filhos, e que procura oportunizar o máximo possível para os filhos para que possam concluir os estudos, fazer faculdade. Assim, vê nos seus filhos a oportunidade que não teve quando jovem.

A mãe que participou da entrevista é de família pobre, mora em uma comunidade que não oferece serviços de esgoto e saneamento. É uma trabalhadora doméstica que pretende oferecer para seus dois filhos uma vida e mais oportunidade de cursarem a faculdade. A mesma informou que queria ter cursado a faculdade de Direito, mas casou aos 18 anos e precisava trabalhar. Precisou parar de estudar, cursando até a 8ª série, hoje atual 9º ano do Ensino Fundamental, na cidade de Baturité.

A entrevistada falou que seus pais não a incentivavam aos estudos e que frequentava a escola porque gostava. Relatou que seus pais não participavam na ajuda nas tarefas, que fazia tudo sozinha, ia de ônibus para a escola, com percurso de duas horas e meia. Não tinha acesso ao material escolar, havia o lanche, e afirmou que a escola tinha boa estrutura, os professores eram respeitados, não havia tanta violência, que hoje existe mais facilidade com relação ao acesso os estudos. Também comentou que se existisse o Bolsa família na época que era estudante, teria sido bem

diferente; e seu esposo cursou até o Ensino Médio.

Do seu casamento teve dois filhos, um menino de sete anos, cursando o 1º ano do Ensino Fundamental, e uma menina já com doze anos, cursando o 7º ano do Ensino Fundamental. O menino vai para a escola a pé com a avó, uma distância com duração de 20 minutos de caminhada; já a menina vai sozinha e leva em torno de 30 minutos até a escola. Foi dito também que seus filhos são bem interessados nos estudos, e pretendem cursar faculdade, e que ela é quem ajuda nas tarefas de casa. As crianças têm um local de estudo, que é a sala da casa. Como mãe, ela participava dos eventos e reuniões da escola. Conhecia os professores de seus filhos e os diretores, sempre conversa com a gestão sobre os mesmos. Nunca teve o benefício cortado por falta de frequência dos filhos. Hoje está com 32 anos, já recebe o Bolsa família há seis anos, e este recurso ajuda na compra do material escolar das crianças. Sua residência tem cinco cômodos, com um banheiro, água e luz, todos da família em perfeita saúde.

Também na entrevista ficou clara a percepção da mãe com relação às escolas públicas em que seus filhos estudam. A entrevistada afirmou que tinham boas condições, apenas fez uma ressalva, que foi sobre a limpeza dos banheiros, que realmente procedia conforme minha vivência na escola. A partir destas considerações é pertinente destacar o quão pouco é oferecido pelo poder público, sem a devida qualidade que deveria ofertar a população. Os benefícios são aceitos com boa satisfação pelas famílias pobres. A entrevistada pontuou ainda que as escolas em que seus filhos estudam têm biblioteca embora não tenham a presença de um profissional bibliotecário, que os estudantes têm acesso ao uso dos computadores. Falou que seu filho de sete anos nunca recebeu fardas, mas sim os livros, e que a menina do 7º ano sempre recebeu farda e livros. As duas instituições têm quadra esportiva, a filha tem aula de artes e de música, e seu filho só aula de artes. Falou da importância de a escola oferecer lanche, e que seus filhos gostam.

Nessa perspectiva, cabe aos pais acompanhar a formação e desenvolvimento da criança desde o nascimento até a maioridade, para que sua educação moral e escolar seja positiva, na perspectiva de se garantir a construção de cidadãos críticos objetivando uma mudança no contexto social que aí se encontra. Como ressalta Tiba (2002, p. 33) “a educação é um projeto, é algo que tem um caminho, que não pode ser simplesmente de qualquer forma. Deve ser muito elaborada, pois é o futuro do

filho e da família que estão em jogo (...). Por isso, a ação de educar e ensinar devem ser compartilhadas entre as duas instituições: família e escola.

Paulo Freire (1996) afirma que a educação sozinha não transforma a sociedade e sem ela a sociedade também não muda. Se a opção é progressista, se está a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não se tem outro caminho senão viver a opção que se escolheu. Encarná-la, diminuindo, assim, a distância entre o que se diz e o que se faz.

Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que no Brasil 50,8% dos chefes de família são analfabetos ou têm apenas o ensino fundamental. No entanto, a baixa escolaridade não impede que os pais ajudem o filho nas tarefas e acompanhem de perto a sua vida escolar.

Há necessidade do envolvimento da instituição escolar com os familiares de maneira positiva, ajudando-os na compreensão da proposta pedagógica da escola e como podem apoiar seus filhos para que possam gostar de estar na escola e possam se desenvolver como cidadãos, tendo seus direitos garantidos. Os pais podem garantir que haja tempo e espaço para realização das demandas escolares a serem desenvolvidas em casa, participando de algumas delas, como por exemplo, ouvir a leitura de livros ou a narração de histórias lidas ou ouvidas pelas crianças na instituição escolar.

Observa-se que a população geralmente mais pobre que está trabalhando ativamente, têm escolaridade menor. No contexto educacional, percebe-se um espaço de propagação das diferenças raciais, onde os negros ficam à margem deste acesso. A reprodução dos pais, que é um fator marcante na sociedade, torna cada vez mais difícil o acesso e a permanência na escola. A qualidade educacional garantindo a entrada de todos é um espaço significativo para se tentar mudar a desigualdade posta nos diversos contextos sociais.

As percepções da entrevistada em relação à educação escolar, à qualidade da escola e barreiras colocadas à escolarização denotam um hiato entre a valorização idealizada da educação escolar e a resignação e passividade com que explicam a experiência do abandono precoce e do insucesso acadêmico, como negação do valor anteriormente idealizado. Poder-se-ia afirmar que, em sua totalidade, a entrevistada considera a educação escolar importante, bem como entende que a escola se

constitui em única via de acesso a melhores postos de trabalho e melhores condições de vida.

A valorização idealizada da escola não se reduz à retórica, mas constitui-se numa motivação efetiva, expressa na importância da frequência à escola, o que leva o grupo familiar a realizar sacrifícios, no sentido da obtenção de vagas, bem como da permanência e sucesso de seus filhos na escola. Os pais, enquanto detentores da memória de um passado recente, onde o simples acesso já constituía um privilégio, relativizam suas expectativas de qualidade diante da existência de maior número de escolas para seus filhos.

É certo que os pais, alunos e professores são capazes de formular uma descrição bastante precisa do modelo de escola que desejam: um prédio sólido, amplo e limpo; espaços complementares para esportes, lazer e leitura; uma diretora respeitosa e acessível, que não descuide de suas tarefas administrativas nem da manutenção de um ambiente de ordem no espaço escolar; professores em número suficiente, competentes, atenciosos para com os alunos, motivados e bem remunerados; existência de suporte material e técnico ao trabalho pedagógico do professor e eficazes programas destinados a suprir as carências dos alunos (merenda escolar, lápis e cadernos). De todos estes pontos, uma nítida ênfase recai sobre a capacidade de transmissão do conhecimento pelo professor.

Foi-se questionado à entrevistada sobre como e quem poderia ajudar a melhorar a escola. De início faz-se necessário listar os diferentes atores do espaço escolar – lideranças comunitárias, pais e alunos, equipe escolar e instâncias governamentais – para se analisar as sugestões e percepções que cada segmento expresso sobre suas responsabilidades e dos outros, quanto às iniciativas para melhoria da escola.

Indagada como os pais e a comunidade poderiam contribuir para a melhoria da escola, a mãe apontou, como forma concreta, os esforços e a atenção dispensados no âmbito doméstico com o aprendizado e a frequência regular dos filhos à escola, o que pode ser complementado pela assistência às reuniões convocadas pela equipe escolar. Apontou sua disponibilidade de cooperação com a escola, quando requisitada a contribuir com pequenas quantias financeiras e a prestação de serviços manuais – reparos de paredes, telhados e móveis. Assim, deixou bem claras suas dificuldades de opinar sobre conteúdos de aprendizagem e procedimentos de gestão escolar,

limitando suas hipóteses de colaboração às iniciativas sobre as quais são detentores de algum saber/poder. Alguns pais e lideranças visualizam outras formas de atuação através das quais podem contribuir para a melhoria da escola. Uma, apontada principalmente pelas lideranças, orienta-se para o uso do poder de pressão da comunidade junto às instâncias governamentais, no sentido de agilizar a obtenção, pela escola, dos insumos a ela destinados, ou de conquistar novos benefícios.

Ao se referir às possibilidades de ajuda da comunidade, a entrevistada exprimiu a crença nesta possibilidade e mesmo um “desejo” de que a comunidade “ajude mais”. A equipe escolar deve definir o que, quando e como a ajuda da comunidade é bem-vinda. Muitas falas da mãe entrevistada não escondem o “temor” de professores e diretores quanto à possibilidade de intervenções “indevidas” da comunidade.

Assim, a relação pobreza e escola estão muito relacionadas, sendo que as condições sociais interferem na aprendizagem escolar e as desigualdades sociais se traduzem, em geral, em desigualdades escolares (BRITO, ARRUDA E CONTRERAS, 2015).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pode-se concluir que a omissão, falta de políticas direcionadas aos menos favorecidos e até abandono do Estado, que deveria prover condições básicas para uma vida digna refletem negativamente na sociedade, gerando grande parte da violência, principalmente nas periferias. As formas de exclusão influenciam negativamente a maneira de viver dos cidadãos podendo afetar o acesso destes às políticas públicas

Nesse sentido, é pertinente esclarecer que é na família que o indivíduo tem às primeiras experiências e entendimentos sobre o que é certo ou errado, sobre a importância de agir seguindo e respeitando às leis, normas e demais aspectos relacionados à organização social. Todavia, quando um indivíduo nasce e cresce em um ambiente familiar desestruturado e sem referência é pouco provável que esse indivíduo consiga seguir pelo caminho “certo”.

Por fim, salientamos os fatores socioambientais, o ambiente onde os indivíduos estão inseridos na sociedade pode ser decisivos para a adesão a

criminalidade. A criança sem acesso a uma educação de qualidade, sem uma estrutura familiar estruturada, sem condições mínimas de desenvolvimento pode perceber no crime uma opção para conseguir “bens e qualidade de vida”. Desse modo, o combate a violência e a criminalidade deve ocorrer com avanço em políticas sociais voltadas para a ampliação do acesso da população carente aos serviços e condições básicas de desenvolvimento e qualidade de vida, que perpassam necessariamente pela educação.

Em suma, destaca-se que a escola ainda é a responsável por formar cidadãos com plenos direitos e deveres, responsáveis, críticos e ativos contribuindo para uma sociedade mais democrática. Sendo assim, esta instituição fundamental para o desenvolvimento da sociedade e erradicação da pobreza e programas tais com o Bolsa família são, sim, importantes para o enfrentamento da pobreza e extrema pobreza, fomentando que as crianças e adolescentes possam ter uma vida de melhor qualidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Emenda Constitucional nº 65, de 2010. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br>. Acesso em: 17/09/15. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996). Brasília, 1996. BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BARRETO, Flávio A. **Crescimento econômico, pobreza e desigualdade: O que sabemos sobre eles?** Laboratório de Estudos da Pobreza. Fortaleza: UFC/Caen, 2005. (Série Ensaios sobre a Pobreza).

BARROS, Ricardo P. de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **Estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2001 (Texto para discussão n. 800).

BRITO, M. H. P., ARRUDA, N. H. O., CONTRERAS, H. S. H. Escola, pobreza e aprendizagem: reflexões sobre a educabilidade, 2015. **Anais...** Congresso Nacional de Educação – PUCPR, 12, 2015.

BUJES, M. I. E. A invenção do eu infantil: dispositivos pedagógicos em ação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 21, set/dez, 2002.

COSTA, Frederico. **Elementos de compreensão do pensamento pós-moderno: o irracionalismo como subproduto da crise do capital**. In: JIMENEZ, Susana

Vasconcelos e RABELO, Jackline (Orgs.). Trabalho, Educação e Luta de Classes: a pesquisa em defesa da história. Fortaleza: Brasil Tropical, 2004

GARCIA, A. V. **A pobreza humana: concepções, causas e soluções**. Florianópolis: Editoria em Debate, 2012.

GOMES, M. A., PEREIRA, M. L. D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 10, v. 2, p. 357-363, abr.-jun. 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 12. ed. São Paulo: Paz e terra; 1996.

PIRES, André. Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família?. **Ensaio (Fundação Cesgranrio. Impresso)**, v. 21, p. 513-531, 2013.

TIBA, Içami. **Quem ama, educa!** São Paulo: Editora Gente: 2002.